Audiência debate discriminação a manifestações religiosas africanas

Orixás são entidades cultuadas no candomblé, que foi trazido ao Brasil no período colonial pelos africanos de origem iorubá (onde hoje é a Nigéria e o Benin). Quando o deus Olodumaré decidiu criar o mundo, cada orixá ficou responsável por alguns aspectos da natureza e da vida em sociedade. Cada humano surgiu de um desses deuses e herda dele algumas características. Essas mesmas entidades são reverenciadas, de forma diferente, na umbanda.

Saiba mais:

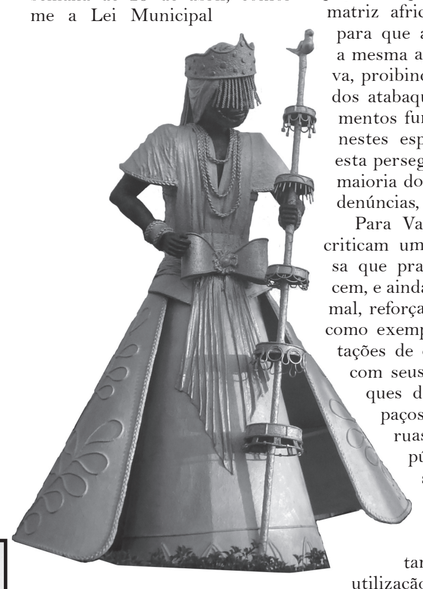
www.uniafro.xpg.com.br
http://templodeyemanja.blogspot.com

Imagens szczhu e wikifotos.com

No Centro do Plenário da Câmara de Vereadores de Florianópolis há uma cruz dourada com cerca de um metro de altura. É um dos símbolos mais significativos das igrejas cristãs. A cruz está no centro da parede de um órgão que representa um dos três poderes – o Legislativo - de um Estado laico, sem religião oficial, no qual a Constituição Federal, em seu artigo 5º, diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Portanto, garante a liberdade de culto religioso.

É significativo, portanto, que no Plenarinho da Casa Legislativa seja realizada, no dia 19 de abril, às 14h30, Audiência Pública para discutir a discriminação e o direito às manifestações religiosas de origem africana.

A iniciativa visa dar visibilidade à Semana das Religiões de Matrizes Africanas, sempre na semana de 23 de abril, conforme a Lei Municipal 7.558/2008, bem como discutir formas de proteção aos cultos, entidades e adeptos que sofrem os mais variados tipos de discriminação e agressão, inclusive com ameaças de morte.



A Militante do Movimento Negro Unificado (MNU) Vanda Pinedo diz que essa discriminação é histórica, desde que populações ligadas a diferentes etnias foram seqüestradas do continente africano para o Brasil como escravos. Esse processo de seqüestro e de conversão ao catolicismo implicou perda de identidade negra e na subversão da religião de matriz africana, que passou a se manifestar na clandestinidade.

Passados 500 anos, o racismo só mudou de foco, pois a sociedade brasileira ainda não consegue conviver respeitosamente com os cultos religioso, conforme estabelece a Constituição.

As agressões e o desrespeito são verbais e até físicos. No primeiro caso, se relaciona a religião de matriz africana ao "culto ao demônio", ao mau, a "atos de maldade". Dependendo de onde ou de quem faz esse tipo de discurso, é possível levar outras pessoas a incorporar o mesmo ponto de vista ou atitude. As agressões se tornam explícitas quando há invasão a centros, terreiros ou barracões, como são chamados os espaços das práticas da religião de matriz africana. Nas denúncias para que a polícia intervenha, a mesma age de forma agressiva, proibindo de imediato o uso dos atabaques e demais instrumentos fundamentais à prática nestes espaços públicos. Com esta perseguição, o medo leva a maioria dos seguidores a evitar denúncias, temendo retaliação.

Para Vanda, muitas pessoas criticam uma expressão religiosa que praticamente desconhecem, e ainda assim a associam ao mal, reforçando o estigma. "Uso como exemplo festas e manifestações de outras religiões que, com seus rituais, canções, toques de sinos, ocupam espaços públicos e fecham ruas com o aval do poder público". O racismo se expressa quando, para a religião de matriz africana, não há este mesmo tratamento, inclusive para utilização de espaços naturais, constata Vanda. Na avaliação dela, programas religiosos ou não, veiculados em muitos casos nos meios de comunicação, reproduzem e até estimulam a intolerância religiosa.

Ela cita como exemplo a forma como são tratadas, nesses discursos, as oferendas. Nos terreiros afro-brasileiros há a prática de sacrifício de animais, mas para cumprir um ritual de oferenda aos deuses, que são vistos como elementos da natureza, e alimentar as pessoas que participam do ritual. Mas a prática de abater cruelmente animais em muitos frigoríficos, que cada vez mais só visam lucro e depois são comprados e vendidos pelas redes de supermercados, não sofre a mesma crítica, ainda que altere cada vez mais o crescimento e a reprodução deste animais em prejuízo da saúde humana, destaca Vanda. Ela acrescenta que essa discriminação racionaliza e animaliza a prática dos seguidores da religião africana, tirando-a do âmbito da expressão religiosa.

Segundo Vanda, a expectativa, com a Audiência Pública, é dar visibilidade aos problemas apontados, debater o direito dos adeptos à livre expressão religiosa e garantir que os encaminhamentos tenham os efeitos esperados, e que o Poder Público se responsabilize pela defesa do cidadão em todos os aspectos de sua convivência na sociedade.

Liberdade de crença

O dirigente do Sinergia Wilson Martins Lalau observa que as matrizes afro-brasileiras sofrem ataques por vários segmentos da sociedade e são condenadas secularmente, reproduzindo, no ideário nacional, o discurso do ódio, rasgando assim os princípios da Carta Magna, que defende a liberdade do exercício e crença religiosa no país.

"A mesma atitude que condena a pessoa pela cor de sua pele também atribui, nessa contextualização, a criminalização por sua fé religiosa", constata Lalau. "Como dirigente do Sinergia e cidadão brasileiro, um país multirracial e multicultural, tenho ideais voltados à liberdade de expressão, cultural e religiosa, pois entendo que o exercício da tolerância, respeitando as diferenças, é o pilar de um mundo, civilizado, justo e harmonioso".

Para que isso se concretize, diz ele, é preciso repensar valores e preconceitos, desconstruindo atitudes motivadas pelo ódio, que estimula a violência, vitimiza pessoas e resulta em atos de barbárie.

Por Míriam Santini de Abreu

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC
LINHAVIVA
Nº 1076 - 14 de abril de 2011
-IMPRESSO-

Sucateamento da Celesc

Eletricitários expõem problemas e cobram soluções

Ao longo dos últimos anos, a Celesc vem sofrendo cada vez mais com a falta de investimento na sua capacidade de fornecimento de energia, falta de materiais para manutenção preventiva e corretiva no sistema, veículos sucateados, falta de pessoal próprio e um grande número de terceirizados nas atividades fins. Todos esses problemas têm afetado os consumidores de energia em todos os segmentos e não se vislumbra nenhum plano concreto de recuperação da Empresa.

Cansados de lerem notícias negativas em todos os meios de comunicação e de ter que responder, sem condições adequadas de atendimento, as reclamações da comunidade, os eletricitários estão se mobilizando para reagir, não aceitando o sucateamento da Empresa. Após realizar concentrações em todo o estado, os Sindicatos que compõe a Intercel apresentaram à direção da Empresa uma carta reivindicando que seja apresentado e discutido, não somente com os empregados, mas também com representantes na Assembléia Legislativa, um plano de recuperação que contemple aspectos fundamentais para o fortalecimento da Celesc. O documento, dirigido ao presidente Antonio Gavazzoni, foi protocolado na Empresa na terça-feira.

A Intercel cobra que a direção da empresa responda em 30 dias quais as providências que pretende tomar diante da atual situação. Cobra também um plano de compra e de disponibilização de materiais e equipamentos nas regionais, além do fim da terceirização nas atividades fins da empresa através da realização de concurso público.

No fim de semana a Intercel estará veiculando um texto em jornal de grande circulação esclarecendo a sociedade sobre a atual situação da Empresa e cobrando da sua direção uma ação mais ágil na solução dos problemas.

Leia a Carta:

Senhor Presidente:

A Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina – INTERCEL vem à presença de Vossa Senhoria, bem como toda a diretoria da Celesc, tratar de importantes problemas relatados pelos trabalhadores(as) da Empresa.

O relato dos problemas foi obtido nas concentrações realizadas pelos sindicatos que compõem a Intercel em toda a Celesc. As situações relatadas nas concentrações são absolutamente insuportáveis, forçando os sindicatos a buscarem uma solução urgente.

Dentro dos problemas, destacamos:

a) Falta de manutenção preventiva e corretiva, com materiais adequados;
b) Veículos sucateados;
c) Terceirização nas atividades fins;
d) Falta de elos fusíveis, transformadores, cabos, postes, medidores, conectores, pararaios;
e) Comunicação (rádio) precária.

Ressaltamos que muitos destes materiais são básicos para as atividades cotidianas dos empregados(as).

Diante dessa situação caótica, aos sindicatos não restaram alternativas se não expor para sociedade toda essa situação e cobrar da diretoria a sua resolução.

A sociedade tem se manifestado através de inúmeras reclamações, principalmente pelos meios de comunicação, por falta de energia elétrica e constantes desligamentos. A conseqüência tem sido a revolta e agressões da população aos funcionários das lojas de atendimentos e a realização de audiências públicas em vários municípios para debater o atendimento da Celesc.

É nosso dever estarmos em defesa da Celesc como empresa pública e dos seus empregados(as). No entanto, também não podemos pactuar com o descaso com a população.

A posição da Intercel é a de que a Celesc não pode estar sobre a lógica da iniciativa privada, sob pena de não atender a sua verdadeira função de prestar um serviço vital para sociedade e garantir o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Ante o exposto, requeremos junto a esta diretoria em 30 (trinta) dias as seguintes providências:

1) Apresentação de plano de revitalização/recuperação da Celesc;
2) Plano emergencial de compra e disponibilização de materiais e equipamentos nas regionais;
3) O fim da mão-de-obra terceirizada nas atividades fins da empresa.

CURSO DISCUTE FORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

No dia 13 de abril, quarta-feira, o professor Dorival Gonçalves fez um curso na APCelesc sobre a formação do setor elétrico brasileiro e, no dia 14, irá participar de debate por teleconferência, das 9h30 às 11h30, no auditório da Celesc na Capital. As atividades integram a fase preparatória ao 8º Congresso dos Empregados da Celesc, nos dias 28, 29 e 30 de abril em Brusque.

PARTICIPE!

POSSE DA NOVA DIREÇÃO É NA SEXTA, DIA 15. PARTICIPE!

O SINERGIA convida os associados para a posse de sua nova Diretoria e Conselho Fiscal na Gestão 2011-2014. Será no dia 15 de abril, (sexta- feira), às 19 horas, no Bar e Restaurante Fratellanza (Rua: Trajano, nº 342 – Escadaria do Rosário – Centro). Juntos para a vida melhorar!

Intersul entrega pautas de reivindicações dos trabalhadores

Os Sindicatos que compõem a Intersul entregaram a pauta de reivindicações da categoria para a diretoria da Eletrosul no dia 7 de abril, em Florianópolis, em ato que contou com a presença dos trabalhadores.

Na atividade, a Intersul manifestou a expectativa da categoria em relação à negociação da pauta e cobrou comprometimento da diretoria no sentido de reconhecer o valor dos trabalhadores da Eletrosul e buscar avanços tanto nas questões específicas quanto nas nacionais.

Além da entrega das pautas, a Intersul informou aos trabalhadores e à diretoria da Eletrosul que, por ocasião da entrega da pauta nacional no dia 5 de abril, a FNU (Federação Nacional dos Urbanitários) passou às mãos do presidente da Eletrobras duas correspondências que citam a Eletrosul e episódios ocorridos na empresa, uma relacionada aos desmandos do PCR e intimidação aos trabalhadores, e outra em relação à política de operação.

A Intersul também fez a leitura de um Manifesto aos empregados e à diretoria da empresa em que explicitou a posição dos Sindicatos em relação à forma de condução da política de operação. Os Sindicatos denunciam o descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, mais especificamente da cláusula "Inovações Tecnológicas".

Segundo o Manifesto "o agendamento da apresentação da política de operação da empresa, no mesmo dia da reunião com os Sindicatos, é uma demonstração clara de que o objetivo da empresa não é de dialogar sobre a política de operação. A reunião com as entidades às 10 horas da manhã [do dia 7], desta forma, visa apenas ensaiar a apresentação que a diretoria fará aos empregados a partir das 14 horas, o que se constitui um desrespeito às entidades sindicais e aos trabalhadores."

A Intersul finaliza o documento afirmando que "não abre mão de defender um fórum de uma efetiva discussão da política de operação e suas conseqüências para os trabalhadores, conforme estabelece a cláusula de Inovações Tecnológicas do Acordo Coletivo de Trabalho e buscará em todas as instâncias garantir este espaço."

Mais uma vez o PREQ

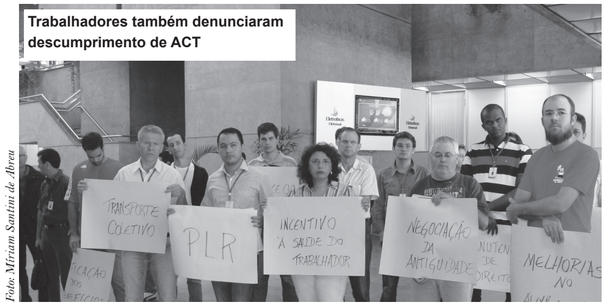
Os Sindicatos que compõem a Intersul vêm, desde a década de 1980, solicitando um Plano permanente para a saída dos trabalhadores em função de sua aposentadoria, buscando evitar assim, os PDIs, PDVs ou PREQs manipulados ao sabor e interesses da diretoria do momento. Um plano cujas regras sejam iguais para todos, sem nenhum tipo de favorecimento ou privilégios. Mas parece, ao que tudo indica, que está sendo preparada mais uma "fórmula mágica" para justificar a permanência de alguns "iluminados" no atual PREQ.

Os trabalhadores querem saber: se aprovada a prorrogação do PREQ, todos os inscritos terão direito a permanecer? Todos os que não puderam se inscrever devido às regras estabelecidas na ocasião poderão se inscrever agora?

Alguns trabalhadores já informaram que só estão aguardando a posição da Empresa para acionarem a justiça, e isto pode, na visão dos Sindicatos, comprometer todo o PREQ, com consequências políticas e financeiras bastante graves.

Data-base RS ENERGIA

Os trabalhadores da RS Energia realizaram assembléia na sexta-feira (8) para discutir a pauta de reivindicações e uma proposta de PLR. O Sinergia entregou a pauta e a proposta de PLR para a diretoria da RS Energia, solicitando reunião de negociação. A data-base da categoria é dia 1º de maio.



Trabalhadores também denunciaram descumprimento de ACT

Foto: Míriam Santini de Abreu

Entrevista

Empresas públicas são alvos de investidores

Foto: Renan Costa

O presidente da Federação Nacional dos Urbanitários da CUT, Franklin Moreira Gonçalves, estará no 8° Congresso dos Empregados da Celesc, nos dias 28, 29 e 30 de abril em Brusque. Ele tem formação acadêmica em Análise de Sistemas pelo Unicentro Newton Paiva. Trabalha na Companhia Energética de Minas Gerais desde 1988, na função de Técnico em Operação do Sistema Elétrico e representa os trabalhadores no Conselho de Administração da Cemig desde 2003. Leia abaixo entrevista com Gonçalves:

Quais são as principais tendências na reestruturação do setor elétrico para os próximos anos?

Avalio que são as seguintes:

- Manutenção do processo de fusões e aquisições de empresas e grupos de empresas.

- Decisão sobre renovação ou licitação de concessões pode significar redução de receita com modicidade tarifária ou nova onda de privatizações no setor.

-Terceiro ciclo de revisão tarifária pode representar maior aperto nas distribuidoras.

- Diversificação da matriz energética com aumento do custo da energia nova.

Como você avalia a situação das empresas públicas, especificamente, dentro deste leque de tendências?

Seriam as seguintes:

-Pressão pela redução de custos operacionais (PMSO) tendo como referência a comparação com os custos de empresas privatizadas.

- Empresas públicas são alvos permanentes dos investidores interessados em adquiri-las.

- A padronização da metodologia de revisões tarifárias reduziu investimentos para manutenção da qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras públicas de energia.

- Empresas públicas aderem à lógica do ciclo ditado pelos investidores e analistas de mercado: aumentar valor de mercado e elevar a distribuição de dividendos.

Qual é a sua opinião sobre a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a partir da Lei 10.848/2004?

A partir da Lei 10.848/2004 o Ministério de Minas e Energia volta a assumir a condição de poder concedente, em tese responsável pela condução da política energética brasileira, cabendo à Aneel o papel de fiscalização e regulação do setor. A Agência foi criada após o início do processo de privatização do setor elétrico e até hoje é forte a pressão do mercado para que a Aneel continue a garantir o equilíbrio econômico e financeiro da concessão privatizada, como se fosse um compromisso da Agência com o processo de privatização.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista: Míriam Santini de Abreu (DRT/RS 8077). Estagiário: Rafael Spricigo (estagiário). Conselho Editorial: Rinaldo Souza. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Terceirizados: uma questão desumana

A precariedade da atenção aos direitos dos trabalhadores terceirizados que prestam serviços para a Eletrosul está alcançando níveis desumanos. Recentemente, sob o argumento de reduzir custos da Empresa, os vigilantes tiveram redução do seu vale alimentação. O pagamento da insalubridade devida aos jardineiros da Sede está sendo motivo para celeumas intermináveis, mesmo com um laudo favorável de empresa especializada e de profissionais da área de segurança do trabalho da própria Eletrosul.

Na Subestação de Gravataí, o atraso de salários e benefícios superou dois meses. Somente em março o contrato com a empresa prestadora de serviços foi encerrado. Na Subestação de Blumenau repete-se o quadro de atrasos de salários e vale alimentação. Na Subestação de Biguaçu é recorrente o atraso do pagamento dos salários. Na Subestação de Passo Fundo os vigilantes sofreram com atraso do pagamento de salários e vale alimentação por mais de três meses (a situação se normalizou em março, após intervenção da Intersul junto à Eletrosul). A precariedade é tanta em diversos locais que chega a faltar material de higiene e limpeza.

Os gestores dos contratos se dizem impotentes e se amarram nas formalidades contratuais, penalizando os trabalhadores. Limitam-se a fazer as advertências, comunicações e toda a papelada do frio ritual do processo administrativo. Vejamos então: por quanto tempo um trabalhador deve suportar tais vilanias e ficar ouvindo: "Estamos tomando as medidas cabíveis"? O tempo não pára. Nenhum trabalhador pode esperar mais um pouco para ir ao mercado quando falta a alimentação na mesa.

Destaque-se um outro fato absurdo: caso um trabalhador da jardinagem, vigilância ou infra-estrutura em geral tenha que faltar ao trabalho por motivo de problemas de saúde, mesmo que justificado com atestado médico, tem seu auxílio alimentação descontado. Isto significa, na prática, que o trabalhador terá menos comida na mesa para si e sua família. No entanto, para evitar tal desconto, obviamente que mesmo que devendo estar em repouso por orientação médica, alguns terceirizados comparecem ao trabalho.

Sacrifício dos mais fracos

Esses fatos vergonhosos evidenciam um problema grave na contratação dos prestadores de serviço, que se orienta apenas pelo menor preço, obtido pelo arrocho dos salários dos trabalhadores e diminuição ao máximo de seus benefícios. Se a terceirização já é um processo vergonhoso de precarização, as medidas de "economia" da Eletrosul que atingem os terceirizados são um absurdo ainda maior. É a famosa economia de "palitos de fósforos", que pretende tirar mais um pouco dos que recebem tão pouco, sacrificando os mais fracos.

Mas, afinal, quem é responsável por tudo isso? Seriam os gerentes de departamento, ou talvez a própria diretoria da Empresa? Talvez possamos encontrar uma resposta lançando nosso olhar para a política da Nova Eletrobras, na qual os dividendos para os acionistas passam a ser mais importantes que a qualidade de vida dos empregados e desses seres humanos que prestam serviços de suma importância para a Eletrosul. Instigamos aos empregados da Eletrosul a dialogarem mais com os terceirizados a fim de interagirem nesse processo objetivando um melhor entendimento de quais valores éticos estão por trás da precarização do trabalho na Eletrosul. Ninguém está a salvo nessa nova política de lucro a qualquer preço. E da diretoria da Eletrosul, aguardamos ações que corrijam essa situação desumana.

Ilustração: Frank Maia

Soluções mágicas não resolvem falta de operadores

Encontro realizado na semana passada reuniu um número expressivo de operadores. A convocação partiu da APOUS (Associação dos Profissionais de Operação de Usinas e Subestações da Celesc) e contou com a participação da Intercel. O assunto em debate foi a intenção da Celesc de extinguir a função de Operador de PA (Posto de Atendimento).

Ainda em 2010, na gestão do então Diretor Técnico Eduardo Carvalho Sitonio, a Celesc montou um Grupo de Trabalho (GT) para tratar das questões da área operacional. O GT não teve a participação da APOUS, muito menos da Intercel ou de qualquer operador de PA da Empresa e resultou, irresponsavelmente, em um relatório que recomenda a extinção dos PAs.

No quadro de lotação atualmente considerado pela Celesc, já resultado de Grupo de Trabalho anterior, todos os Postos de Atendimento estão previstos. Esse quadro, porém, foi baseado na empresa de referência proposta pela Aneel e como seu limite é bastante pequeno e completamente alheio à real necessidade das Agências Regionais e Administração Central, resultou em uma redução de pessoal. Se usarmos como exemplo os eletricistas, perceberemos que, o que a princípio poderia ser considerado corte de gastos com a redução desse pessoal, a curto prazo revelou-se uma falsa economia, pois hoje há uma deficiência expressiva no atendimento ao consumidor. Para suprir essa falta, é necessário que haja um elevado gasto de horas extras (alguns chegam a receber até 170 horas por mês). Isso sem considerar a questão de Saúde e Segurança desses trabalhadores, que deixa o quadro ainda mais desesperador.

A Empresa quer extinguir os PAs e, para suprir a necessidade futura de cobrir esses postos de trabalho, apresenta idéias completamente equivocadas que, ao invés de solucionar, agravarão ainda mais a situação. A princípio pensou-se em transferir as responsabilidades dos PAs para os eletricistas. Como a idéia não prosperou, pensa-se agora utilizar os técnicos da empresa. É outra sugestão sem cabimento porque, primeiramente, nenhum profissional dentro da Celesc conhece e sabe como operar e manter o pleno funcionamento do sistema como os operadores. Além disso, qualquer um que vier a substituí-lo terá que, além de cumprir seu horário e função dentro da Empresa, operar as subestações 24 horas por dia, o que resultará em mais uma boa quantia de trabalhadores sobrecarregados, preso em sobreavisos intermináveis, recebendo horas extras sem controle e comprometendo sua saúde para cobrir falhas de gestão da Celesc, o mesmo problema que ocorre hoje com os eletricistas em todos os locais do Estado.

A Intercel e a APOUS se reunirão com a atual diretoria técnica para exigir a manutenção dos atuais operadores nos Postos de Atendimento até que a Celesc defina realmente o quadro de lotação já debatido entre Sindicatos e Empresa. Não podemos aceitar de braços cruzados essa irresponsabilidade de se adaptar a falta de pessoal através de "mágicas" propostas por GTs compostos por quem não sente na pele como é o mundo real desses trabalhadores na Celesc.

TVFLORIPA

Todas as quintas, das 14h30 às 15h, acompanhe a participação do Sinergia no Floripa em Foco, programa da TV Floripa. É no Canal 4 da NET e em www.tvfloripa.org.br